

REDAÇÃO NO ENEM 2017

CARTILHA DO PARTICIPANTE

**DIRETORIA DE AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO BÁSICA
DAEB**



INEP

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO | MEC

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS
EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA | INEP

DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA | DAEB



**REDAÇÃO
NO ENEM 2017
CARTILHA DO PARTICIPANTE**

BRASÍLIA-DF
OUTUBRO/2017



Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)
É permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

EQUIPE TÉCNICA

Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb)

REVISÃO EXTERNA

Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Fundação Vunesp

EQUIPE EDITORAÇÃO

Diretoria de Estudos Educacionais (Dired)



Prezado participante do Enem 2017,

Nós, do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), sabemos da importância do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para você e sua família. Por isso, apresentamos esta importante Cartilha sobre a Redação no Enem 2017, preparada com muito empenho e rigor para ajudá-lo nesse momento tão importante.

O Enem é porta de acesso a inúmeras universidades públicas e a importantes programas de governo, como o Programa Universidade para Todos e o Programa de Financiamento Estudantil.

Como você já sabe, o Enem 2017 mudou para melhor. Com base em resultado de consulta pública, aperfeiçoamos as condições de realização do exame. Uma das mudanças traz a redação para o primeiro dia do exame, pois sabemos que ela é importante elemento de composição de sua nota final.

Para apoiá-lo, a equipe do Inep aprimorou a Cartilha visando tornar ainda mais transparente a metodologia de avaliação da redação e mais evidente o que se espera do participante em cada uma das competências avaliadas.

A equipe da Diretoria de Avaliação da Educação Básica e os especialistas envolvidos na elaboração desta Cartilha selecionaram redações que obtiveram pontuação máxima no Enem 2016. A ideia foi apresentar exemplos positivos que contemplaram todos os critérios máximos de correção pelos diferentes corretores.

Agradecemos aos autores que permitiram a utilização dessas redações, a toda a equipe do Inep e aos especialistas envolvidos na elaboração desta Cartilha. Esperamos que ela contribua para aperfeiçoar seus estudos.

MARIA INÊS FINI
Presidente do Inep

MENDONÇA FILHO
Ministro da Educação



SUMÁRIO

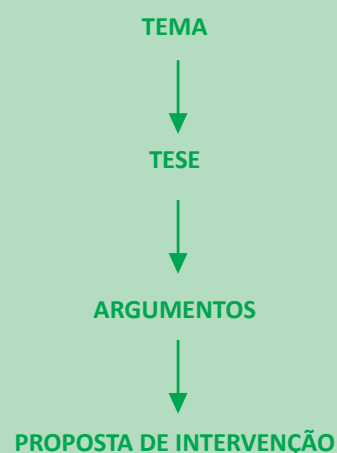
APRESENTAÇÃO.....	7
1 MATRIZ DE REFERÊNCIA PARA REDAÇÃO 2017	13
1.1 COMPETÊNCIA 1.....	13
1.2 COMPETÊNCIA 2.....	15
1.3 COMPETÊNCIA 3.....	19
1.4 COMPETÊNCIA 4.....	22
1.5 COMPETÊNCIA 5.....	24
2 AMOSTRA DE REDAÇÕES NOTA 1.000 DO ENEM 2017	27
LEIA MAIS, SEJA MAIS!.....	45

APRESENTAÇÃO

Caro participante,

Você está se preparando para realizar o Enem 2017, constituído de quatro provas objetivas e uma prova de redação.

A prova de redação exigirá de você a produção de um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo, sobre um tema de ordem social, científica, cultural ou política. Os aspectos a serem avaliados relacionam-se às competências que devem ter sido desenvolvidas durante os anos de escolaridade. Nessa redação, você deverá defender uma **tese** – uma opinião a respeito do **tema** proposto –, apoiada em **argumentos** consistentes, estruturados com coerência e coesão, formando uma unidade textual. Seu texto deverá ser redigido de acordo com a modalidade escrita formal da língua portuguesa. Você deverá, também, elaborar uma **proposta de intervenção social para o problema apresentado no desenvolvimento do texto** que respeite os direitos humanos.



A seguir, vamos esclarecer algumas dúvidas sobre o processo de avaliação:

- **Quem vai avaliar a redação?**

O texto produzido por você será avaliado por, pelo menos, dois professores, de forma independente, sem que um conheça a nota atribuída pelo outro.

- **Como a redação será avaliada?**

Os dois professores avaliarão seu desempenho de acordo com os seguintes critérios:

Competência 1:	Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.
Competência 2:	Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.
Competência 3:	Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
Competência 4:	Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
Competência 5:	Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

- **Como será atribuída a nota à redação?**

Cada avaliador atribuirá uma nota entre 0 e 200 pontos para cada uma das cinco competências, e a soma desses pontos comporá a nota total de cada avaliador, que pode chegar a 1.000 pontos. A nota final do participante será a média aritmética das notas totais atribuídas pelos dois avaliadores.

- **O que é considerado discrepância?**

Considera-se discrepância quando as notas atribuídas pelos avaliadores

- diferirem, no total, por mais de 100 pontos; ou
- obtiverem diferença superior a 80 pontos em qualquer uma das competências.

- **Qual a solução para o caso de haver discrepância entre as duas avaliações iniciais?**

- A redação será avaliada, de forma independente, por um terceiro avaliador.
- A nota final será a média aritmética das duas notas totais que mais se aproximarem.

- **E se a discrepância ainda continuar depois da terceira avaliação?**

A redação será avaliada por uma banca presencial composta por três professores, que atribuirá a nota final do participante.

- **Como é observado o Acordo Ortográfico?**

A Competência 1 avalia se o participante domina a modalidade escrita formal da língua portuguesa, o que inclui o conhecimento das convenções da escrita, entre as quais se encontram as regras de acentuação gráfica, regidas pelo atual Acordo Ortográfico. Este já está em vigor e deve ser seguido, na escrita formal, por todos, inclusive pelo participante do Enem.

- **Quais as razões para se atribuir nota zero a uma redação?**

A redação receberá nota zero se apresentar uma das características a seguir:

- fuga total ao tema;
- não obediência à estrutura dissertativo-argumentativa;
- extensão de até sete linhas;
- cópia integral de texto(s) motivador(es) da proposta de redação e/ou de textos motivadores apresentados no caderno de questões;
- impropérios, desenhos e outras formas propositais de anulação;
- parte deliberadamente desconectada do tema proposto;
- assinatura, nome, apelido ou rubrica fora do local devidamente designado para a assinatura do participante;
- texto integralmente em língua estrangeira;
- desrespeito aos direitos humanos; e
- folha de redação em branco, mesmo que haja texto escrito na folha de rascunho.

- **O que são partes deliberadamente desconectadas do tema proposto?**

São trechos como: reflexões sobre o próprio processo de escrita, bilhetes em geral (destinados à banca avaliadora, por exemplo), mensagens iniciadas por *hashtag*, mensagens de protesto, orações, mensagens religiosas, trechos de música, de hino, de poema ou de qualquer texto, **desde que estejam desarticulados da argumentação feita na redação**. Isso quer dizer que uma constatação de algum problema social, por exemplo, não é, por si só, avaliada como um protesto e, conseqüentemente, como parte desconectada, se estiver devidamente articulada à argumentação construída ao longo da redação. Em suma, para ter sua redação anulada por esse critério, é preciso que você insira, de forma proposital, pontual e desarticulada, elementos que

são estranhos ao tema e ao tipo de texto definidos pela proposta ou que atentem à seriedade do exame.

• Como saber se o participante está ferindo os direitos humanos na redação?

A prova de redação do Enem sempre assinalou a necessidade de o participante respeitar os direitos humanos (DH). A partir de 2013, após a publicação das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos – ocorrida em 2012 –, o edital do exame tornou obrigatório o respeito aos DH, sob pena de a redação receber nota zero. Depois dessa determinação, os temas de redação passaram a propiciar maiores discussões sobre o assunto.

Pode-se dizer que determinadas ideias e ações serão sempre avaliadas como contrárias aos direitos humanos, tais como: defesa de tortura, mutilação, execução sumária e qualquer forma de “justiça com as próprias mãos”, isto é, sem a intervenção de instituições sociais devidamente autorizadas (o governo, as autoridades, as leis, por exemplo); incitação a qualquer tipo de violência motivada por questões de raça, etnia, gênero, credo, condição física, origem geográfica ou socioeconômica; explicitação de qualquer forma de discurso de ódio (voltado contra grupos sociais específicos). **Fique atento:** apesar de a referência aos direitos humanos ocorrer apenas na Competência 5, a menção ou a apologia a tais ideias em qualquer parte de seu texto levará sua prova a ser anulada.

Há, também, algumas ideias e ações contrárias aos DH que estão mais diretamente relacionadas ao tema da prova. No Enem 2016, com o tema “Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil”, configuraram-se como propostas que feriam os DH as que desconsideravam os princípios da dignidade humana, da igualdade de direitos e do reconhecimento e valorização das diversidades.

Assim, de modo mais específico, foram anuladas as redações que feriram os direitos humanos porque incitaram:

- ideias de violência ou de perseguição contra seguidores de qualquer religião, filosofia, doutrina, seita, inclusive o ateísmo ou quaisquer outras manifestações religiosas (desde que estas respeitem os direitos humanos);
- ideias que possam ferir o princípio de igualdade entre as pessoas, atacando grupos religiosos, bem como seus elementos de devoção, deuses e ritos;
- ideias que levam à desmoralização de símbolos religiosos;
- ideias que defendam a destruição de vidas, imagens, roupas e objetos ritualísticos;

- ideias de cerceamento da liberdade de ter ou adotar religião ou crença de sua escolha e da liberdade de professar religião ou crença, de forma individual ou coletiva, pública ou privada, por meio de culto ou celebração de ritos;
- ideias que difundem propostas de proibição de fabricação, comercialização, aquisição e uso de artigos e materiais religiosos adequados aos costumes e às práticas fundadas na respectiva religiosidade, ressalvadas as condutas vedadas por legislação;
- ideias que estimulem a violência contra infratores da lei e/ou contra indivíduos intolerantes, tais como: linchamento público, tortura, execução sumária, privação da liberdade por agentes não legitimados para isso.

A seguir, são apresentados alguns exemplos de trechos que levaram à atribuição de nota zero a redações de participantes do Enem 2016 por ferirem os direitos humanos:

- “para combater a intolerância religiosa, deveria acabar com a liberdade de expressão”.
- “podemos combater a intolerância religiosa acabando com as religiões e implantando uma doutrina única”.
- “o Estado deve paralisar as superexposições de crenças e proibir as manifestações religiosas ao público”.
- “a pessoa que não respeita a devoção do próximo não deveria ter direito social, como o voto”.
- “a única maneira de punir o intolerante é o obrigando a frequentar a igreja daquele que foi ofendido, para que aprenda a respeitar a crença do outro”.
- “que o indivíduo que não respeitar a lei seja punido com a perda do direito de participação de sua religião, que ele seja retirado da sua religião como punição”.
- “por haver tanta discriminação, o caminho certo que se tem a tomar é acabar com todas as religiões”.
- “que a cada agressão cometida o agressor recebesse na mesma proporção, tanto agressão física como mental”.
- “o governo deveria punir e banir essas outras “crenças”, que não sejam referentes a Bíblia”.

Em resumo, na prova de redação do Enem, constituem desrespeito aos DH propostas que incitam as pessoas à violência, ou seja, aquelas em que transparece a ação de indivíduos na administração da punição, por exemplo, as que defendem a “justiça com as próprias mãos”. Por isso, não caracterizam desrespeito aos DH as propostas de pena de morte ou prisão perpétua, uma vez que conferem ao Estado a administração da punição ao agressor. Essas punições não dependem de indivíduos, configuram-se como contratos sociais cujos efeitos todos devem conhecer e respeitar em uma sociedade.

- **Como será avaliada a redação de participantes surdos ou com deficiência auditiva?**

Serão adotados mecanismos de avaliação coerentes com o aprendizado da língua portuguesa como segunda língua, de acordo com o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

- **Como será avaliada a redação de participantes com dislexia?**

Serão adotados critérios de avaliação que levem em conta questões linguísticas específicas relacionadas à dislexia.

IMPORTANTE!

Para efeito de avaliação e de contagem do mínimo de linhas, a cópia parcial dos textos motivadores ou de questões objetivas do caderno de questões acarretará a desconsideração do número de linhas copiadas, valendo somente as que foram produzidas pelo participante.

IMPORTANTE!

Procure escrever sua redação com letra legível, para evitar dúvidas no momento da correção. Redação com letra ilegível não poderá ser avaliada.

IMPORTANTE!

O título é elemento opcional na produção da sua redação e será considerado como linha escrita. Porém, o título não será avaliado em nenhum aspecto relacionado às competências da matriz de referência.

1 MATRIZ DE REFERÊNCIA PARA REDAÇÃO 2017



Apresentamos, a seguir, o detalhamento das cinco competências a serem avaliadas na sua redação. O objetivo é explicitar os critérios de avaliação, de modo a ajudá-lo a se preparar para o exame. Tendo em vista que o texto é entendido como unidade de sentido em que todos os aspectos se inter-relacionam para constituir a textualidade, a separação por competências, na matriz, tem a finalidade de tornar a avaliação mais objetiva.

1.1 COMPETÊNCIA 1

Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa

A primeira competência avalia o domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa. Esse domínio será observado na adequação do seu texto em relação tanto às regras gramaticais quanto à fluidez da leitura, que pode ser prejudicada ou beneficiada pela construção sintática.

Assim, para que você tenha mais clareza a respeito das expectativas que se têm de um conculinte do ensino médio em termos de domínio da modalidade escrita formal, apresentamos, a seguir, os principais aspectos que guiam o olhar do avaliador no momento de definir o nível em que seu texto se encontra na Competência 1.

Em primeiro lugar, você deve se atentar ao fato de que a escrita formal é a modalidade da língua associada a textos dissertativo-argumentativos. Assim, você será alertado sobre a obrigatoriedade de usar a modalidade formal já na proposta de redação:

“A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema...”

Desse modo, o avaliador corrigirá sua redação, nessa competência, considerando os possíveis problemas de construção sintática e a presença de desvios (gramaticais, de convenções da escrita, de escolha de registro e de escolha vocabular).

Em relação à construção sintática, você deve estruturar as orações e os períodos de seu texto sempre buscando garantir que eles estejam completos e contribuam para a fluidez da leitura.

Quanto aos desvios, você deve estar atento aos seguintes aspectos:

- Convenções da escrita: acentuação, ortografia, separação silábica, uso do hífen e uso de letras maiúsculas e minúsculas.
- Gramaticais: concordância verbal e nominal, flexão de nomes e verbos, pontuação, regência verbal e nominal e colocação pronominal.
- Escolha de registro: adequação à modalidade formal, isto é, ausência de uso de registro informal e/ou de marcas de oralidade.
- Escolha vocabular: emprego de vocabulário preciso, o que significa que as palavras selecionadas são usadas em seu sentido correto e apropriadas para o texto.

Os quadros a seguir apresentam os seis níveis de desempenho que serão utilizados para avaliar a Competência 1 nas redações do Enem 2017:

200 pontos	Demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro. Desvios gramaticais ou de convenções da escrita serão aceitos somente como excepcionalidade e quando não caracterizarem reincidência.
160 pontos	Demonstra bom domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro, com poucos desvios gramaticais e de convenções da escrita.
120 pontos	Demonstra domínio mediano da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro, com alguns desvios gramaticais e de convenções da escrita.
80 pontos	Demonstra domínio insuficiente da modalidade escrita formal da língua portuguesa, com muitos desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita.
40 pontos	Demonstra domínio precário da modalidade escrita formal da língua portuguesa, de forma sistemática, com diversificados e frequentes desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita.
0 ponto	Demonstra desconhecimento da modalidade escrita formal da língua portuguesa.

1.2 COMPETÊNCIA 2

Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa

O segundo aspecto a ser avaliado no seu texto é a compreensão da proposta de redação, composta de um **tema** específico a ser desenvolvido na forma de **texto** dissertativo-argumentativo. Ou seja, a proposta exige que o participante escreva um texto **dissertativo-argumentativo**, que é o tipo de texto que demonstra a verdade de uma ideia ou de uma tese por meio de argumentação. É mais do que uma simples exposição de ideias e, por isso, você deve evitar elaborar um texto de caráter apenas expositivo, assumindo claramente um ponto de vista. Além disso, é preciso que a tese que você irá defender esteja relacionada ao tema definido na proposta. É dessa forma que se atende às exigências expressas pela Competência 2 da matriz de avaliação do Enem. Trata-se, portanto, de uma competência que avalia as habilidades integradas de leitura e escrita.

O tema constitui o núcleo das ideias sobre as quais a tese se organiza e é caracterizado por ser uma delimitação de um assunto mais abrangente. Por isso, é preciso atender ao recorte temático definido a fim de evitar tangenciá-lo ou, ainda pior, desenvolver um tema distinto do determinado pela proposta.

Seguem algumas recomendações para atender plenamente às expectativas em relação à Competência 2:

- ✓ Leia com atenção a proposta da redação e os textos motivadores, para compreender bem o que está sendo solicitado.
- ✓ Evite ficar preso às ideias desenvolvidas nos textos motivadores, porque foram apresentadas apenas para despertar uma reflexão sobre o tema.
- ✓ Não copie trechos dos textos motivadores. Lembre-se de que eles foram apresentados apenas para despertar seus conhecimentos sobre o tema. Além disso, a recorrência de cópia é avaliada negativamente e fará com que seu texto tenha uma pontuação mais baixa.
- ✓ Reflita sobre o tema proposto para definir qual será o foco da discussão, isto é, para decidir como abordá-lo, qual será o ponto de vista adotado e como defendê-lo.
- ✓ Utilize informações de várias áreas do conhecimento, demonstrando que você está atualizado em relação ao que acontece no mundo. Essas informações devem ser usadas de modo produtivo no seu texto, evidenciando que elas servem a um propósito muito bem definido: ajudá-lo a validar seu ponto de vista. Isso significa

que essas informações devem estar articuladas à discussão desenvolvida em sua redação. Informações soltas no texto, por mais variadas e interessantes, perdem sua relevância quando não associadas à defesa do ponto de vista desenvolvido em seu texto.

- ✓ Mantenha-se dentro dos limites do tema proposto, tomando cuidado para não se afastar do seu foco. Esse é um dos principais problemas identificados nas redações. Nesse caso, duas situações podem ocorrer: fuga total ou tangenciamento ao tema.

No Enem 2016, o tema se referia à discussão sobre formas para combater a intolerância religiosa no Brasil, uma questão social bastante relevante e que diz respeito, de alguma maneira, a todos os que vivem no contexto social brasileiro, pois ou já foram expostos à discussão do problema ou o presenciaram ou o vivenciaram.

Com base no recorte definido pela proposta – “Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil” –, o participante precisaria considerar as várias dimensões do problema contidas nos textos motivadores. O Texto I apresentou trecho da Constituição Federal, que trata da liberdade de crença e da laicidade do Estado. O Texto II explicitou a diferença entre crítica e ofensa religiosa. O Texto III expôs um trecho do Código Penal brasileiro, que tipifica o crime de intolerância religiosa. E o Texto IV apresentou um infográfico com os números de denúncias realizadas entre 2011 e 2014 por religião, o que ofereceu um panorama sobre a intolerância religiosa no Brasil.

A partir dessas informações, esperava-se que, no Enem 2016, os textos produzidos se direcionassem para um contexto específico, como o contexto legal, discutindo os pontos de fragilidade e/ou aspectos positivos existentes na legislação pertinente à liberdade religiosa, bem como a questão da laicidade do Estado; o contexto de valorização cultural, abordando o respeito a valores culturais motivados pela pluralidade religiosa; o contexto de ações individuais, apresentando o respeito à religião como o respeito ao ser humano, ao livre arbítrio e ao sentimento de pertencimento em comunidade; ou, ainda, o contexto das ações de religiosos, discutindo a intolerância a grupos sociais e à liberdade individual de gênero e de sexualidade e a discriminação por raça, etnia e orientação política.

- **O que é fuga total ao tema?**

Considera-se que uma redação tenha fugido ao tema quando nem o assunto mais amplo nem o tema proposto são desenvolvidos.

No Enem 2016, recebeu a rubrica *fuga ao tema* a redação estruturada integralmente em assunto não solicitado, ou seja, qualquer encaminhamento que não tratou do tema ou, pelo menos, de assunto a ele relacionado – por exemplo, a abordagem,

exclusivamente, de princípios e fundamentos doutrinários ou filosóficos das religiões; violência ou intolerância, de modo genérico, sem relação com a questão da intolerância religiosa; negação da existência de intolerância religiosa; ateísmo, como uma decisão de não vinculação a credos religiosos (já a defesa da prática do ateísmo, livre de preconceitos e de intolerância por parte de pessoas adeptas de alguma religião, no entanto, é argumento válido e está dentro da temática proposta, desde que mencionadas as formas de combate à intolerância religiosa); proselitismo, como estratégia de convencimento e/ou defesa religiosa de qualquer espécie.

IMPORTANTE!

Para evitar que seja atribuída nota zero a seu texto por fuga ao tema, é importante que você desenvolva uma discussão dentro dos limites do tema definido pela proposta. Mencioná-lo apenas no título, por exemplo, ou deixá-lo subentendido, supondo que a banca irá saber sobre o que você está falando, não é suficiente. Por isso, muita atenção à abordagem do tema, que deve ser clara e explícita.

- **O que é tangenciar o tema?**

Considera-se tangenciamento ao tema uma abordagem parcial baseada somente no assunto mais amplo a que o tema está vinculado, deixando em segundo plano a discussão em torno do eixo temático objetivamente proposto.

No Enem 2016, foi configurado como tangenciamento ao tema o encaminhamento que tratou, por exemplo, de: violência relacionada ao terrorismo religioso no plano internacional, sem associá-la à questão da intolerância no Brasil; discussão sobre as leis que subvencionam a religião no Estado, sem relacioná-las à intolerância religiosa no Brasil; a definição da intolerância religiosa sem efetiva discussão sobre formas de combate a essa prática; ou, ainda, a caracterização de religiosos intolerantes.

- **O que é não atender ao tipo textual?**

Não atende ao tipo textual a redação que esteja predominantemente fora do padrão dissertativo-argumentativo, sem apresentar quaisquer indícios de caráter dissertativo (explicações, exemplificações, análises ou interpretações de aspectos dentro da temática solicitada) ou de caráter argumentativo (defesa ou refutação de ideias dentro da temática solicitada).

• O que é um texto dissertativo-argumentativo?

O texto dissertativo-argumentativo se organiza na defesa de um ponto de vista sobre determinado assunto. É fundamentado com argumentos, para influenciar a opinião do leitor, tentando convencê-lo de que a ideia defendida está correta. É preciso, portanto, expor e explicar ideias. Daí a sua dupla natureza: é argumentativo porque defende uma tese, uma opinião, e é dissertativo porque se utiliza de explicações para justificá-la.

O objetivo desse texto é, em última análise, convencer o leitor de que o ponto de vista em relação à tese apresentada é acertado e relevante. Para tanto, mobiliza informações, fatos e opiniões, à luz de um raciocínio coerente e consistente.

A sua redação atenderá às exigências de elaboração de um texto dissertativo-argumentativo se combinar os dois princípios de estruturação, explicitados abaixo.

I – Apresentar uma tese, desenvolver justificativas para comprovar essa tese e uma conclusão que dê fecho à discussão elaborada no texto, compondo o processo argumentativo (ou seja, apresentar proposição, desenvolvimento e conclusão).	TESE – É a ideia que você vai defender no seu texto. Ela deve estar relacionada ao tema e apoiada em argumentos ao longo da redação. ARGUMENTOS – É a justificativa para convencer o leitor a concordar com a tese defendida. Cada argumento deve responder à pergunta “por quê?” em relação à tese defendida.
II – Utilizar estratégias argumentativas para expor o problema discutido no texto e detalhar os argumentos utilizados.	ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS – São recursos utilizados para desenvolver os argumentos, de modo a convencer o leitor: • exemplos; • dados estatísticos; • pesquisas; • fatos comprováveis; • citações ou depoimentos de pessoas especializadas no assunto; • pequenas narrativas ilustrativas; • alusões históricas; e • comparações entre fatos, situações, épocas ou lugares distintos.

ATENÇÃO!

Será atribuída nota zero à redação que não obedecer à estrutura dissertativo-argumentativa, mesmo que atenda às exigências dos outros critérios de avaliação. Você não deve, portanto, elaborar um poema ou reduzir o seu texto à narração de uma história ou a um depoimento de experiência pessoal. No processo argumentativo, é possível apresentar trechos narrando acontecimentos que justificam a tese, mas o texto não pode se reduzir a uma narração, por esta não apresentar os princípios de estruturação solicitados.

Os quadros a seguir apresentam os seis níveis de desempenho que serão utilizados para avaliar a Competência 2 nas redações do Enem 2017.

200 pontos	Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente, a partir de um repertório sociocultural produtivo, e apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo.
160 pontos	Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente e apresenta bom domínio do texto dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão.
120 pontos	Desenvolve o tema por meio de argumentação previsível e apresenta domínio mediano do texto dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão.
80 pontos	Desenvolve o tema recorrendo à cópia de trechos dos textos motivadores ou apresenta domínio insuficiente do texto dissertativo-argumentativo, não atendendo à estrutura com proposição, argumentação e conclusão.
40 pontos	Apresenta o assunto, tangenciando o tema, ou demonstra domínio precário do texto dissertativo-argumentativo, com traços constantes de outros tipos textuais.
0 ponto	Fuga ao tema/não atendimento à estrutura dissertativo-argumentativa. Nestes casos, a redação recebe nota zero e é anulada.

FIQUE ATENTO!

Se sua redação apresentar fuga ao tema ou não atender à estrutura dissertativo-argumentativa, ela não será avaliada em nenhuma das competências.

1.3 COMPETÊNCIA 3

Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista

O terceiro aspecto a ser avaliado é a forma como você, em seu texto, seleciona, relaciona, organiza e interpreta informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa do ponto de vista escolhido como tese. É preciso, então, elaborar um texto que apresente, claramente, uma ideia a ser defendida e os argumentos que justifiquem a posição assumida por você em relação à temática da proposta de redação.

A Competência 3 trata da inteligibilidade do seu texto, ou seja, de sua coerência e da plausibilidade entre as ideias apresentadas, o que é garantido pelo planejamento prévio à escrita, pela elaboração de um **projeto de texto**.

A inteligibilidade da sua redação depende, portanto, dos seguintes fatores:

- relação de sentido entre as partes do texto;
- precisão vocabular;
- seleção de argumentos;
- progressão temática adequada ao desenvolvimento do tema, revelando que a redação foi planejada e que as ideias desenvolvidas são pouco a pouco apresentadas, em uma ordem lógica; e
- adequação entre o conteúdo do texto e o mundo real.

• O que é coerência?

A coerência se estabelece por meio das ideias apresentadas no texto e dos conhecimentos dos interlocutores, garantindo a construção do sentido de acordo com as expectativas do leitor. Está, pois, ligada ao entendimento, à possibilidade de interpretação dos sentidos do texto. O leitor poderá compreender esse texto, refletir a respeito das ideias nele contidas e, em resposta, reagir de maneiras diversas: aceitar, recusar, questionar e até mesmo mudar seu comportamento em face das ideias do autor, compartilhando ou não da sua opinião.

• O que é projeto de texto?

Projeto de texto é o planejamento prévio à escrita da redação. É o esquema que se deixa perceber pela organização estratégica dos argumentos presentes no texto. É nele que são definidos quais os argumentos que serão mobilizados para a defesa de sua tese, quais os momentos de introduzi-los e qual a melhor ordem para apresentá-los, de modo a garantir que o texto final seja articulado, claro e coerente. Assim, o texto que atende às expectativas referentes à Competência 3 é aquele no qual é possível perceber a presença implícita de um projeto de texto, ou seja, aquele em que é claramente identificável a estratégia escolhida por quem está escrevendo para defender seu ponto de vista.

Seguem algumas recomendações para atender plenamente às expectativas em relação à Competência 3:

- ✓ Reúna todas as ideias que lhe ocorrerem sobre o tema e depois selecione as que forem pertinentes para a defesa do seu ponto de vista, procurando organizá-las em uma estrutura coerente para usá-las no desenvolvimento do seu texto.
- ✓ Verifique se informações, fatos, opiniões e argumentos selecionados são pertinentes para a defesa do seu ponto de vista.

- ✓ Na organização das ideias selecionadas para serem abordadas em seu texto, procure definir uma ordem que possibilite ao leitor acompanhar o seu raciocínio facilmente, o que significa que a progressão textual deve ser fluente e articulada com o projeto do texto.
- ✓ Examine, com atenção, a introdução e a conclusão para ver se há coerência entre o início e o fim e observe se o desenvolvimento de seu texto apresenta argumentos que convergem para o ponto de vista que você está defendendo.

Resumindo: na organização do texto dissertativo-argumentativo, você deve procurar atender às seguintes exigências:

- apresentação clara da tese e seleção dos argumentos que a sustentam;
- encadeamento das ideias, de modo que cada parágrafo apresente informações coerentes com o que foi apresentado anteriormente, sem repetições ou saltos temáticos; e
- desenvolvimento dessas ideias de modo a justificar, para o leitor, o ponto de vista escolhido.

Os quadros a seguir apresentam os seis níveis de desempenho que serão utilizados para avaliar a Competência 3 nas redações do Enem 2017:

200 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada, configurando autoria, em defesa de um ponto de vista.
160 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, de forma organizada, com indícios de autoria, em defesa de um ponto de vista.
120 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, limitados aos argumentos dos textos motivadores e pouco organizados, em defesa de um ponto de vista.
80 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, mas desorganizados ou contraditórios e limitados aos argumentos dos textos motivadores, em defesa de um ponto de vista.
40 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões pouco relacionados ao tema ou incoerentes e sem defesa de um ponto de vista.
0 ponto	Apresenta informações, fatos e opiniões não relacionados ao tema e sem defesa de um ponto de vista.

1.4 COMPETÊNCIA 4

Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação

Os aspectos a serem avaliados nesta Competência dizem respeito à estruturação lógica e formal entre as partes da redação. A organização textual exige que as frases e os parágrafos estabeleçam entre si uma relação que garanta a sequenciação coerente do texto e a interdependência entre as ideias. Esse encadeamento pode ser expresso por conjunções e pelo uso de determinadas palavras ou pode ser inferido a partir da articulação dessas ideias. Preposições, conjunções, advérbios e locuções adverbiais são responsáveis pela coesão do texto, porque estabelecem uma inter-relação entre orações, frases e parágrafos. Cada parágrafo será composto de um ou mais períodos também articulados; cada ideia nova precisa estabelecer relação com as anteriores.

Assim, na produção da sua redação, você deve utilizar variados recursos linguísticos que garantam as relações de continuidade essenciais à elaboração de um texto coeso. Na avaliação da Competência 4, será considerado, portanto, o modo como se dá o encadeamento textual.

Você viu que as Competências 3 e 4 consideram a construção da argumentação ao longo do texto; porém, elas avaliam aspectos diferentes. Na Competência 3, é avaliada a capacidade de o participante “selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista”, ou seja, trata-se da estrutura mais profunda do texto. Já a coesão, avaliada na Competência 4, atua na superfície textual, isto é, ela avalia as marcas linguísticas que ajudam a chegar à compreensão profunda do texto.

Assim, você deve, na construção de seu texto, demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para um adequado encadeamento textual, considerando os mecanismos que garantem a conexão de ideias tanto **entre os parágrafos** quanto **dentro deles**.

• Encadeamento textual

Para garantir a coesão textual, devem ser observados determinados princípios em diferentes níveis:

- Estruturação dos parágrafos – Um parágrafo é uma unidade textual formada por uma ideia principal à qual se ligam ideias secundárias. No texto dissertativo-argumentativo, os parágrafos podem ser desenvolvidos por comparação, por causa-consequência, por exemplificação, por detalhamento, entre outras possibilidades. Deve haver uma articulação entre um parágrafo e outro.

- Estruturação dos períodos – Pela própria especificidade do texto dissertativo-argumentativo, os períodos do texto são, normalmente, estruturados de modo complexo, formados por duas ou mais orações, para que se possa expressar as ideias de causa-consequência, contradição, temporalidade, comparação, conclusão, entre outras.
- Referenciação – As referências a pessoas, coisas, lugares, fatos são introduzidas e, depois, retomadas, à medida que o texto vai progredindo. Esse processo pode ser realizado mediante uso de pronomes, advérbios, artigos ou vocábulos de base lexical, estabelecendo relações de sinonímia, antonímia, hiponímia, hiperonímia, e de expressões resumitivas, metafóricas ou metadiscursivas.

RECOMENDAÇÕES

Procure utilizar as seguintes estratégias de coesão para se referir a elementos que já apareceram no texto:

- a) substituição de termos ou expressões por pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos, advérbios que indicam localização, artigos;
- b) substituição de termos ou expressões por sinônimos, hipônimos, hiperônimos ou expressões resumitivas;
- c) substituição de substantivos, verbos, períodos ou fragmentos do texto por conectivos ou expressões que resumam e retomem o que já foi dito; e
- d) elipse ou omissão de elementos que já tenham sido citados ou que sejam facilmente identificáveis

Resumindo: na elaboração da redação, você deve evitar:

- sequência justaposta de palavras e períodos sem articulação;
- ausência total de parágrafos na construção do texto;
- emprego de conector (preposição, conjunção, pronome relativo, alguns advérbios e locuções adverbiais) que não estabeleça relação lógica entre dois trechos do texto e prejudique a compreensão da mensagem;
- repetição ou substituição inadequada de palavras, sem se valer dos recursos oferecidos pela língua (pronome, advérbio, artigo, sinônimo).

Os quadros a seguir apresentam os seis níveis de desempenho que serão utilizados para avaliar a Competência 4 nas redações do Enem 2017.

200 pontos	Articula bem as partes do texto e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos.
160 pontos	Articula as partes do texto com poucas inadequações e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos.
120 pontos	Articula as partes do texto de forma mediana, com inadequações, e apresenta repertório pouco diversificado de recursos coesivos.
80 pontos	Articula as partes do texto de forma insuficiente, com muitas inadequações, e apresenta repertório limitado de recursos coesivos.
40 pontos	Articula as partes do texto de forma precária.
0 pontos	Não articula as informações.

1.5 COMPETÊNCIA 5

Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos

O quinto aspecto a ser avaliado no seu texto é a apresentação de uma proposta de intervenção para o problema abordado. Por isso, a sua redação deve apresentar uma tese sobre o tema, apoiada em argumentos consistentes, e uma proposta de intervenção para o problema abordado. Considerando seu planejamento de escrita, seu projeto de texto, avaliado na Competência 3, sua proposta deve ser coerente com a tese desenvolvida e com os argumentos utilizados, já que expressa sua visão, como autor, das possíveis soluções para a questão discutida. Além disso, é necessário também, ao idealizar sua proposta de intervenção, respeitar os direitos humanos, ou seja, não romper com os valores de cidadania, liberdade, solidariedade e diversidade cultural.

A proposta de intervenção deve refletir os conhecimentos de mundo de quem a redige e, quando muito bem elaborada, deve conter não apenas a exposição da ação interventiva sugerida, mas também o ator social competente para executá-la, de acordo com o âmbito da ação escolhida: individual, familiar, comunitário, social, político, governamental e mundial. Além disso, a proposta de intervenção deve conter o meio de execução da ação e seu possível efeito, bem como o detalhamento da ação ou do meio para realizá-la.

Ao redigir seu texto, evite propostas vagas ou muito genéricas; busque ações mais concretas, mais específicas ao tema e consistentes com o desenvolvimento de suas ideias. Antes de elaborar sua proposta, procure responder às seguintes perguntas: O que é possível

apresentar como proposta de intervenção para o problema abordado pelo tema? Quem deve executá-la? Como viabilizar essa proposta? Qual efeito ela pode alcançar?

O seu texto será avaliado, portanto, com base na composição e no detalhamento da proposta que você apresentar.

Resumindo: seu texto será avaliado com base na combinação dos seguintes critérios:

- a) presença de proposta X ausência de proposta; e
- b) proposta com detalhamento dos meios para sua realização X proposta sem detalhamento dos meios para sua realização.

Os quadros a seguir apresentam os seis níveis de desempenho que serão utilizados para avaliar a Competência 5 nas redações do Enem 2017:

200 pontos	Elabora muito bem proposta de intervenção, detalhada, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.
160 pontos	Elabora bem proposta de intervenção, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.
120 pontos	Elabora de forma mediana proposta de intervenção, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.
80 pontos	Elabora de forma insuficiente proposta de intervenção, relacionada ao tema ou não articulada à discussão desenvolvida no texto.
40 pontos	Apresenta proposta de intervenção vaga, precária ou relacionada apenas ao assunto.
0 ponto	Não apresenta proposta de intervenção ou apresenta proposta não relacionada ao tema ou ao assunto.

RECOMENDAÇÕES GERAIS

Para alcançar bom desempenho na prova de redação do Enem, você deve, antes de escrever seu texto, fazer uma leitura cuidadosa da proposta apresentada, dos textos motivadores e das instruções, a fim de que possa compreender perfeitamente o que está sendo solicitado.

O tema da redação vem sempre acompanhado, na proposta, de textos motivadores. Em geral, são textos em linguagem verbal e em linguagem não verbal (imagem) que remetem ao tema proposto, a fim de orientar sua reflexão.

Assim, para elaborar uma redação de qualidade, você deve considerar as seguintes recomendações:

- a) ler com bastante atenção o tema proposto e observar a tipologia textual exigida (texto dissertativo-argumentativo);
- b) ler os textos motivadores, observando as palavras ou os fragmentos que indicam o posicionamento dos autores;
- c) identificar, em cada texto motivador, se for o caso, a tese e os argumentos apresentados pelos autores e utilizá-los para defender o ponto de vista da redação;
- d) refletir sobre o posicionamento dos autores dos textos motivadores e definir com muita clareza qual será o seu posicionamento;
- e) ler atentamente as instruções apresentadas após os textos motivadores;
- f) definir um projeto de texto em que planeje a organização estratégica da sua redação, a fim de defender o ponto de vista por você escolhido, e apresentar uma proposta de intervenção ao problema abordado

As propostas de redação do Enem solicitam aos participantes que redijam um texto dissertativo-argumentativo, segundo a modalidade escrita formal da língua portuguesa, sobre um determinado tema. Assim, você deve considerar os seguintes pontos:

- a) A tipologia textual definida pela proposta é o texto dissertativo-argumentativo. Com base na situação-problema, você deverá expressar sua opinião, ou seja, apresentar uma tese. Para tal, você poderá se inspirar nos textos motivadores, mas sem copiá-los, pois eles devem ser entendidos como instrumentos de fomento de ideias, para que cada participante possa construir seu próprio ponto de vista. Nos parágrafos seguintes, você deverá apresentar argumentos e fatos em defesa de seu ponto de vista, com coesão e coerência.
- b) O texto deverá ser redigido de acordo com a modalidade escrita formal da língua portuguesa. Assim, fique atento à estrutura dos períodos, à concordância e à regência nominal e verbal, ao emprego convencional das letras na grafia das palavras, à acentuação gráfica, à pontuação e à adequação vocabular. Em suma, demonstre domínio do código escrito.
- c) O texto definitivo deve ser escrito a tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- d) A redação com até sete linhas será considerada “texto insuficiente” e receberá nota zero.
- e) Também é atribuída nota zero à redação que fuja ao tema ou à tipologia textual, isto é, que não seja um texto dissertativo-argumentativo; à redação que desrespeite a seriedade do exame; ou à redação que desrespeite os direitos humanos (na proposta de intervenção ou em qualquer parte do texto).

2 AMOSTRA DE REDAÇÕES NOTA 1.000 DO ENEM 2016

Foram selecionadas e comentadas para esta Cartilha algumas redações que receberam a pontuação máxima – 1.000 pontos – na edição do Enem de 2016 por terem cumprido todas as exigências relativas às cinco competências.

Esses textos contêm uma proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos (Competência 5); apresentam as características textuais fundamentais, como o estabelecimento de coesão, coerência, informatividade, sequenciação, entre outras (Competências 2, 3 e 4); e demonstram domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa (Competência 1). Esse domínio pode ser comprovado pelo cumprimento das convenções de grafia e acentuação das palavras; das regras de concordância nominal e verbal; das regras de regência nominal e verbal; dos princípios de organização frasal e de pontuação; das regras de flexão nominal e verbal; e pela utilização de vocabulário apropriado ao registro formal do texto dissertativo-argumentativo. Desvios gramaticais ou de convenções da escrita foram aceitos somente como excepcionalidade e quando não caracterizaram reincidência.

Seguem a proposta de redação e as redações nota 1.000 com seus respectivos comentários.

Proposta de Redação | Enem 2016

INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I

Em consonância com a Constituição da República Federativa do Brasil e com toda a legislação que assegura a liberdade de crença religiosa às pessoas, além de proteção e respeito às manifestações religiosas, a laicidade do Estado deve ser buscada, afastando a possibilidade de interferência de correntes religiosas em matérias sociais, políticas, culturais etc.

Disponível em: www.mprj.mp.br. Acesso em: 21 maio 2016 (fragmento).

TEXTO II

O direito de criticar dogmas e encaminhamentos é assegurado como liberdade de expressão, mas atitudes agressivas, ofensas e tratamento diferenciado a alguém em função de crença ou de não ter religião são crimes inafiançáveis e imprescritíveis.

STECK, J. Intolerância religiosa é crime de ódio e fere a dignidade. *Jornal do Senado*. Acesso em: 21 maio 2016 (fragmento).

TEXTO III

CAPÍTULO I

Dos Crimes Contra o Sentimento Religioso | Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo

Art. 208 - Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso:

Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa.

Parágrafo único - Se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência.

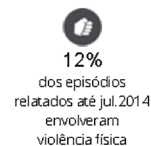
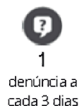
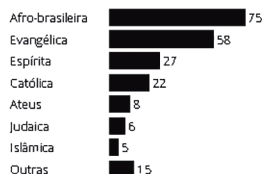
BRASIL. Código Penal. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 21 maio 2016 (fragmento).

TEXTO IV

Intolerância Religiosa no Brasil

Fiéis de religiões afro-brasileiras são as principais vítimas de discriminação

Número de denúncias por religião (2011 a julho de 2014)



Fonte: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República | Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 31 maio 2016 (adaptado).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Tolerância na prática

A Constituição Federal de 1988 – norma de maior hierarquia no sistema jurídico brasileiro – assegura a todos a liberdade de crença. Entretanto, os frequentes casos de intolerância religiosa mostram que os indivíduos ainda não experimentam esse direito na prática. Com efeito, um diálogo entre sociedade e Estado sobre os caminhos para combater a intolerância religiosa é medida que se impõe.

Em primeiro plano, é necessário que a sociedade não seja uma reprodução da casa colonial, como disserta Gilberto Freyre em “Casa-grande e Senzala”. O autor ensina que a realidade do Brasil até o século XIX estava compactada no interior da casa-grande, cuja religião oficial era católica, e as demais crenças – sobretudo africanas – eram marginalizadas e se mantiveram vivas porque os negros lhes deram aparência cristã, conhecida hoje por sincretismo religioso. No entanto, não é razoável que ainda haja uma religião que subjugu as outras, o que deve, pois, ser repudiado em um Estado laico, a fim de que se combata a intolerância de crença.

De outra parte, o sociólogo Zygmunt Bauman defende, na obra “Modernidade Líquida”, que o individualismo é uma das principais características – e o maior conflito – da pós-modernidade, e, conseqüentemente, parcela da população tende a ser incapaz de tolerar diferenças. Esse problema assume contornos específicos no Brasil, onde, apesar do multiculturalismo, há quem exija do outro a mesma postura religiosa e seja intolerante àqueles que dela divergem. Nesse sentido, um caminho possível para combater a rejeição à diversidade de crença é desconstruir o principal problema da pós-modernidade, segundo Zygmunt Bauman: o individualismo.

Urge, portanto, que indivíduos e instituições públicas cooperem para mitigar a intolerância religiosa. Cabe aos cidadãos repudiar a inferiorização das crenças e dos costumes presentes no território brasileiro, por meio de debates nas mídias sociais capazes de desconstruir a prevalência de uma religião sobre as demais. Ao Ministério Público, por sua vez, compete promover as ações judiciais pertinentes contra atitudes individualistas ofensivas à diversidade de crença. Assim, observada a ação conjunta entre população e poder público, alçará o país a verdadeira posição de Estado Democrático de Direito.

Comentários

O participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, uma vez que a estrutura sintática é excelente e há desvio apenas na última linha, em que o participante não usa o sinal grave indicativo de crase em “alçará o país à verdadeira posição de Estado Democrático de Direito”.

Em relação aos princípios da estruturação do texto dissertativo-argumentativo, percebe-se que o participante apresenta tese, desenvolvimento de justificativas que comprovem essa tese e conclusão. Ou seja, o participante apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo. Além disso, o tema é abordado de forma completa: já no primeiro parágrafo, trata-se tanto da intolerância religiosa quanto dos caminhos para combatê-la, os quais são desenvolvidos ao longo do texto.

Observa-se no texto a presença de repertório sociocultural no 2º parágrafo, em que se faz referência à obra de Gilberto Freyre, e no 3º parágrafo, em que cita a obra de Zygmunt Baumann. Destaca-se que o participante faz uso produtivo desse repertório sociocultural, uma vez que as informações são trazidas ao texto com um propósito e estão articuladas à discussão apresentada.

Percebe-se, ao longo da redação, a presença de projeto de texto estratégico, que se configura na organização e no desenvolvimento do texto. O participante apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada para defender seu ponto de vista de que, na prática, os brasileiros não possuem de fato o direito à liberdade religiosa e, para mudar esse contexto, é necessário haver um diálogo entre sociedade e Estado.

Há também, nesta redação, um repertório diversificado de recursos coesivos, sem inadequações. Há articulação entre os parágrafos (“em primeiro plano”, “de outra parte”, “portanto”) e entre as ideias dentro de um mesmo parágrafo (1º parágrafo: “entretanto”, “esse”, “com efeito”; 2º parágrafo: “no entanto”, “pois”; 3º parágrafo: “esse”, “onde”, “nesse sentido”; 4º parágrafo: “por sua vez”, “assim”; etc.).

Por fim, o participante elabora excelente proposta de intervenção, concreta, detalhada e que respeita os direitos humanos. As propostas apresentadas têm como agentes a sociedade e o Estado, como o participante já havia adiantado na apresentação de sua tese.

Prática religiosa um direito de todos

A curiosidade humana acerca do desconhecido e a sua incapacidade de explicá-lo através da razão fez com que, desde os primórdios, o homem atribuisse acontecimentos do seu cotidiano à vontade de seres sobrenaturais. Apesar dos avanços científicos e de suas respostas lógicas para fatos da realidade, as crenças em divindades perpassaram a história e continuam muito presentes nas sociedades, talvez por suprirem a necessidade humana de reconforto, talvez por levarem à transcendência espiritual. Atualmente, a grande diversidade religiosa existente traz a possibilidade de escolha a cada cidadão e essa liberdade é, ou deveria ser, garantida a todos os membros de uma população. Contudo, práticas de intolerância religiosa vêm impedindo um número cada vez maior de pessoas de exercitarem tal direito, ferindo sua dignidade e devendo, portanto, serem combatidas veementemente.

O contexto histórico brasileiro indubitavelmente influencia essa questão. A colonização portuguesa buscou catequizar os nativos de acordo com a religião europeia da época: a católica. Com a chegada dos negros africanos, décadas depois, houve repressão cultural e, consequentemente, religiosa que, infelizmente, perpetua até os dias de hoje. Prova disso é o caso de uma menina carioca praticante do candomblé que, em junho de 2015, foi ferida com pedradas, e seus acompanhantes, alvos de provocações e xingamentos. Ainda que a violência verbal, assim como a física, vá contra a Constituição Federal, os agressores fugiram e, como em outras ocorrências, não foram punidos.

Além disso, é importante destacar que intolerância religiosa é crime de ódio: não é sobre ter a liberdade de expressar um descontentamento ou criticar certa crença, mas sim sobre a tentativa de imposição, a partir da agressão, de entendimentos pessoais acerca do assunto em detrimento dos julgamentos individuais do outro sobre o que ele acredita ser certo ou errado para sua própria vida. Tal visão etnocêntrica tem por consequência a falta de respeito para com o próximo, acarretando em episódios imprescritíveis e humilhantes para aqueles que os vivenciam.

Conclui-se, então, que o combate à discriminação religiosa é de suma importância para que se assegure um dos direitos mais antigos a todas as pessoas e, por conseguinte, seu bem-estar. Para isso, é preciso que os órgãos especializados, em parceria às delegacias de denúncia, ajam de acordo com a lei, investigando e punindo os agressores de forma adequada. Ademais, o governo deve promover campanhas contra condutas de intolerância e as escolas devem gerar debates, informando seus alunos sobre o tema e desconstruindo preconceitos desde cedo. Por fim, a mídia pode abordar a intolerância religiosa como assunto de suas novelas, visto que causa forte impacto na vida social. Assim, o respeito será base para a construção de um Brasil mais tolerante e preocupado com a garantia dos direitos humanos de sua população.

Comentários

A participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, uma vez que a estrutura sintática é excelente e há apenas dois desvios ao longo do texto: a regência de acarretar no 3º parágrafo – “acarretando em episódios” – e de parceria no último parágrafo – “em parceria às delegacias”.

Em relação aos princípios da estruturação do texto dissertativo-argumentativo, percebe-se que a participante apresenta tese, desenvolvimento de justificativas que comprovem essa tese e conclusão. Ou seja, a participante apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo. Além disso, o tema é abordado de forma completa: já no primeiro parágrafo, trata-se tanto da intolerância religiosa quanto da necessidade de combatê-la.

Observa-se a presença de repertório sociocultural no 2º parágrafo, quando a participante aponta o contexto histórico de colonização no Brasil. Destaca-se o uso produtivo dessa informação, uma vez que ela está articulada à discussão apresentada no texto.

Percebe-se também, ao longo da redação, a presença de projeto de texto estratégico, que se configura na organização e no desenvolvimento do texto. A participante apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada para defender seu ponto de vista de que, apesar da grande diversidade de religião e da necessidade de garantir a liberdade à população, a intolerância impede essa garantia e deve ser combatida.

Em relação à coesão, encontra-se, nesta redação, repertório diversificado de recursos coesivos, sem inadequações. Há articulação entre os parágrafos (“essa questão”, “além disso”, “então”) e entre as ideias dentro de um mesmo parágrafo (1º parágrafo: “explicá-lo”, “apesar de”, “contudo”; 2º parágrafo: “disso”, “assim como”; 3º parágrafo: “mas sim”, “tal”; 4º parágrafo: “por conseguinte”, “para isso”, “ademais”, “por fim”, “visto que”, “assim”).

Além disso, a participante elabora excelente proposta de intervenção, concreta, detalhada e que respeita os direitos humanos: ela propõe a investigação e a punição dos agressores de forma adequada, a promoção de campanhas e debates e, por fim, a divulgação do assunto pela mídia.

Segundo a atual Constituição Federal, o Brasil é um país de Estado laico, ou seja, a sociedade possui o direito de exercer qualquer religião, crença ou culto. Entretanto, essa liberdade religiosa encontra-se afetada, uma vez que é notório o crescimento da taxa de violência com relação à falta de tolerância às diferentes crenças. Assim, diversas medidas precisam ser tomadas para tentar combater esse problema, incitando uma maior atenção do Poder Público, juntamente com os setores socialmente engajados, e das instituições formadoras de opinião.

Nesse contexto, vale ressaltar que a intolerância religiosa é um problema existente no Brasil desde séculos passados. Com a chegada das caravelas portuguesas, as quais trouxeram os padres jesuítas, os índios perderam a sua liberdade de crença e foram obrigados, de maneira violenta, a se converter ao catolicismo, religião a qual era predominante na Europa. Além disso, os africanos escravizados que aqui se encontravam também foram impedidos de praticar seus cultos religiosos, sendo punidos de forma desumana caso desrespeitassem essa imposição. Atualmente, constata-se que grande parcela da população brasileira herdou essa forma de pensar e de agir, tratando pessoas que acreditam em outras religiões de maneira desrespeitosa e, muitas vezes, violenta, levando instituições públicas e privadas à busca de soluções para reverter isso.

Sob esse viés, ressalta-se que algumas ações já foram realizadas, como a criação da lei de proteção ao sentimento religioso e à prática de diferentes cultos. Entretanto, as medidas tomadas até então não são suficientes para inibir essa problemática, uma vez que a fraca punição aos criminosos e a falta de conscientização da sociedade são alguns dos principais motivos que ocasionam a persistência de atos violentos em decorrência da intolerância religiosa. Outrossim, a falta de comunicação dos pais e das escolas com os jovens sobre esse assunto é um agravante do problema, aumentando as possibilidades destes agirem de maneira desrespeitosa.

Diante disso, para combater a intolerância religiosa, cabe ao Governo intensificar esforços, criando leis específicas e aumentando o tempo de punição para quem comete qualquer tipo de violência devido à religião. Ademais, é necessária a criação de campanhas midiáticas governamentais de conscientização, com o apoio da imprensa socialmente engajada, e a divulgação destas através dos diversos meios de comunicação e das redes sociais, que mostrem a importância do respeito à liberdade de escolha e às diferentes crenças, uma vez que o Brasil é um país com inúmeros grupos e povos, cada um com seus costumes. Além disso, a participação das instituições formadoras de opinião é de grande importância para a educação dos jovens com relação ao respeito às diferentes religiões, com as escolas realizando palestras e seminários sobre o assunto e as famílias intensificando os diálogos em casa.

Comentários

A participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, uma vez que a estrutura sintática é excelente e há apenas desvio pontual em “aumentando as possibilidades destes agirem de maneira desrespeitosa” uma vez que, por ser sujeito da oração seguinte, o pronome “estes” deveria vir separado da preposição “de”: “aumentando as possibilidades de estes agirem de maneira desrespeitosa”.

Em relação aos princípios da estruturação do texto dissertativo-argumentativo, percebe-se que a participante apresenta tese, desenvolvimento de justificativas que comprovem essa tese e conclusão. Ou seja, a participante apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo. Além disso, o tema é abordado de forma completa: já no primeiro parágrafo, trata-se tanto da intolerância religiosa quanto dos caminhos para combatê-la, os quais serão desenvolvidos ao longo do texto.

Observa-se no texto a presença de repertório sociocultural no 2º parágrafo, em que a participante faz referência ao contexto histórico de conversão ao catolicismo dos índios e dos africanos escravizados no Brasil.

Percebe-se, ao longo da redação, a presença de projeto de texto estratégico, que se configura na organização e no desenvolvimento do texto. A participante apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada para defender seu ponto de vista de que a liberdade religiosa está afetada e são necessárias medidas do poder público e das instituições formadoras de opinião.

Há também, nesta redação, repertório diversificado de recursos coesivos, sem inadequações. Há articulação entre os parágrafos (“nesse contexto”, “sob esse viés”, “diante disso”) e entre as ideias dentro de um mesmo parágrafo (1º parágrafo: “ou seja”, “entretanto”, “essa”, “uma vez que”, “assim”; 2º parágrafo: “as quais”, “além disso”, “atualmente”; 3º parágrafo: “entretanto”, “uma vez que”, “outrossim”; 4º parágrafo: “ademais”, “além disso”).

Por fim, a participante elabora excelente proposta de intervenção, concreta, detalhada e que respeita os direitos humanos. As propostas apresentadas têm como agentes a sociedade e o Estado, como a participante já havia adiantado na apresentação de sua tese.

“É mais fácil desintegrar um átomo que um preconceito”. Com essa frase, Albert Einstein desvelou os entraves que envolvem o combate às diversas formas de discriminação existentes na sociedade. Isso inclui a intolerância religiosa, comportamento frequente que deve ser erradicado do Brasil.

Desde a colonização, o país sofre com imposições religiosas. Os padres jesuítas eram trazidos pelos portugueses para catequizar os índios, e a religião que os nativos seguiam – a exaltação da natureza – era suprimida. Além disso, a população africana que foi trazida como escrava também enfrentou fortes repressões ao tentar utilizar sua religião como forma de manutenção cultural. É relevante notar que, ainda hoje, as religiões afro-brasileiras são os maiores alvos de discriminação, com episódios de violência física e moral veiculados pelas mídias com grande frequência.

Concomitantemente, ainda que o Brasil tenha se tornado um Estado laico, com uma enorme diversidade religiosa devido à grande miscigenação que o constituiu, o respeito pleno às diferentes escolhas de crença não é realidade. A palavra religião tem sua origem em “religare”, que significa ligação, união em torno de um propósito; entretanto, ela tem sido causa de separação, desunião. Mesmo que legislações, como a Constituição Federal e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, já prevejam o direito à liberdade de expressão religiosa, enquanto não houver amadurecimento social não haverá mudança.

Por tudo isso, é imprescindível que todos os segmentos sociais unam-se em prol do combate à intolerância religiosa no Brasil. Assim, cumpre ao governo efetivar de maneira mais plena as leis existentes. Ademais, cabe às escolas e às famílias educarem as crianças para que, desde cedo, aprendam que têm o direito de seguir suas escolhas, mas que devem ser tolerantes e respeitar as crenças do outro, afinal, como disse Nelson Mandela, “a educação é a arma mais poderosa para mudar o mundo”. Dessa forma, assim com a desintegração de um átomo tornou-se simples na atualidade, preconceitos poderão ser quebrados.

Comentários

A partir da leitura desta redação, verifica-se excelente domínio, por parte da participante, da modalidade escrita formal da língua portuguesa, visto que o texto não apresenta problemas de estrutura sintática e há apenas um desvio de grafia no final do último parágrafo (“com” no lugar de “como”).

Nota-se também pleno domínio do texto dissertativo-argumentativo, uma vez que a participante estrutura adequadamente sua redação, apresentando tese, argumentos que a corroboram e conclusão. Além disso, a participante demonstra uma leitura atenta da proposta ao abordar o tema de forma completa em seu texto: logo no início, é apresentado o problema que será discutido, intolerância religiosa; no decorrer do texto, são explicitadas suas causas; e, ao final, são expostas as formas de combate a esse problema.

A participante apresenta, em seu texto, repertório sociocultural ao mobilizar, de forma produtiva e articulada à discussão, informações de outras áreas do conhecimento para fundamentar seus argumentos, por exemplo, no segundo parágrafo, ela articula o processo de colonização do Brasil, e sua repressão religiosa, à situação atual de discriminação de religiões afro-brasileiras.

A boa organização e o desenvolvimento consistente das informações, dos fatos e das opiniões apresentados pela participante em sua redação evidenciam projeto de texto estratégico e bem executado, que pode ser percebido ao longo do texto. Ela apresenta, logo no início, com a citação de Albert Einstein, a ideia de que é difícil eliminar um preconceito e desenvolve, nos parágrafos seguintes, a enormidade de um preconceito em particular, a intolerância religiosa no Brasil, ou seja, o porquê de ser tão difícil resolver esse problema. No último parágrafo, a participante procura soluções para cada problema apresentado, retomando a ideia inicial, e afirma que, embora seja difícil eliminar um preconceito, é uma tarefa possível.

A participante também apresenta uso diversificado de recursos coesivos que garantem a fluidez de sua argumentação. Há articulação entre os parágrafos (“Concomitantemente”, “Por tudo isso”) e entre as ideias dentro de um mesmo parágrafo (por exemplo, “Assim”, “Ademais”, “mas”, “afinal”, “Dessa forma” e “assim como”).

Com relação à proposta de intervenção, exigência da prova de redação do Enem, observa-se que a participante realizou essa tarefa com excelência, apresentando uma proposta concreta, detalhada, na qual busca, respeitando os direitos humanos, soluções articuladas aos problemas apresentados em seu texto e ao tema. A proposta de intervenção inclui as seguintes ações: tornar as leis existentes mais efetivas e ensinar as crianças, em casa e na escola, o respeito e a tolerância.

O Brasil foi formado pela união de diversas bases étnicas e culturais e, conseqüentemente, estão presentes em seu território várias religiões. Entretanto, nem essa diversidade nem a liberdade religiosa garantida pela Constituição Cidadã faz com que o país seja respeitoso com as diferentes crenças. Fazendo uma analogia com a filosofia kantiana, a intolerância existente pode ser vista como o resultado de fatores inatos ao indivíduo com o que foi incorporado a partir das experiências vividas.

Em primeiro lugar, é notória a dificuldade que há no homem em aceitar o diferente, principalmente ao se tratar de algo tão pessoal como a religião. Prova disso é a presença da não aceitação das crenças alheias em diferentes regiões e momentos históricos, como no Império Romano antigo, com as perseguições aos cristãos, na Europa Medieval, com as Cruzadas e no atual Oriente Médio, com os conflitos envolvendo o Estado Islâmico. Também pode-se comprovar a existência da intolerância religiosa pela frase popular “religião não se discute”, que propõe ignorar a temática para evitar os conflitos evidentes ao se tratar do assunto. Desse modo, nota-se que a intolerância não se restringe a um grupo específico e é, de certa forma, natural ao ser humano, o que, porém, não significa que não pode o deve ser combatida.

Além da intolerância inata ao homem, há fatores externos que intensificam o problema. No cenário brasileiro, o processo colonizador e seus legados, que perduram até hoje, são os principais agravantes desse preconceito. Desde a chegada dos europeus no país, as religiões diferentes da oficial são discriminadas. Logo no início da colonização, o processo de catequização dos nativos foi incentivado, o que demonstra o desrespeito com as religiões indígenas, e, décadas depois, com o início do tráfico negreiro, houve também perseguição às religiões afrobrasileiras e a construção de uma imagem negativa acerca delas. Toda essa mentalidade perpetuou-se no ideário coletivo brasileiro e, apesar dos avanços legais, faz com que essas religiões sejam as mais afetadas pela intolerância atualmente.

É necessário, pois, que se reverta a mentalidade retrógrada e preconceituosa predominante no Brasil. Para tal, o Estado deve veicular campanhas de conscientização, na TV e na internet, que informem a população sobre a diversidade religiosa do país e a necessidade de respeitá-las. Essas campanhas também podem, para facilitar a detecção e o combate ao problema, divulgar contatos para denúncia de casos de intolerância religiosa. Concomitantemente, é fundamental o papel da escola de pregar a tolerância já que, segundo Immanuel Kant, “o homem é aquilo que a educação faz dele”. Portanto, a escola deve promover palestras sobre as diferenças crenças do país, ministradas por especialistas na área ou por membros dessas religiões, a fim de quebrar estereótipos preconceituosos e tornar os jovens mais tolerantes.

Comentários

A partir da leitura desta redação, verifica-se excelente domínio, por parte do participante, da modalidade escrita formal da língua portuguesa, visto que o texto não apresenta problemas de estrutura sintática e há apenas desvios pontuais de grafia (“persiguições” em vez de “perseguições” e “o” em vez de “ou” no 2º parágrafo) e de convenção de escrita (afrobrasileiras, sem hífen, no 3º parágrafo). Por fim, há troca de palavras no final do último parágrafo (“sobre as diferenças crenças” e não “sobre as diferentes crenças”).

Nota-se também pleno domínio do texto dissertativo-argumentativo, uma vez que o participante estrutura adequadamente sua redação, apresentando tese, argumentos que a corroboram e conclusão. Além disso, o participante demonstra uma leitura atenta da proposta ao abordar o tema de forma completa em seu texto: logo no início, é apresentado o problema que será discutido, intolerância religiosa; no decorrer do texto, são explicitadas suas causas; e, ao final, são expostas as formas de combate a esse problema.

O participante apresenta, em seu texto, repertório sociocultural ao mobilizar, de forma produtiva e articulada à discussão, informações de outras áreas do conhecimento para fundamentar seus argumentos, por exemplo, no segundo parágrafo, ele aponta diversos contextos históricos marcados pela intolerância religiosa e, no terceiro parágrafo, aborda o processo de catequização que ocorreu no início da colonização.

A boa organização e o desenvolvimento consistente das informações, dos fatos e das opiniões apresentados pelo participante em sua redação evidenciam projeto de texto estratégico e bem executado, que pode ser percebido ao longo do texto. A tese do participante defende que, apesar de a liberdade de crença ser garantida pela Constituição, a intolerância religiosa se mostra presente no país devido à intolerância inata dos homens, que é agravada por alguns fatores externos.

O participante também apresenta uso diversificado de recursos coesivos que garantem a fluidez de sua argumentação. Há articulação entre os parágrafos (“Em primeiro lugar”, “Além de”, “pois”) e entre as ideias dentro de um mesmo parágrafo (por exemplo, “essa”, “disso”, “também”, “desse modo”, “porém”, “desse”, “apesar de”, “tal”).

Com relação à proposta de intervenção, exigência da prova de redação do Enem, observa-se que o participante realizou essa tarefa com excelência, apresentando uma proposta concreta, detalhada, na qual busca, respeitando os direitos humanos, soluções articuladas aos problemas apresentados em seu texto e ao tema. A proposta de intervenção inclui as seguintes ações: criação de campanhas de conscientização, que também incentivem as denúncias, além da promoção, por parte das escolas, de palestras sobre as diferentes crenças.

Profecia futurística

Em meados do século passado, o escritor austríaco Stefan Zweig mudou-se para o Brasil devido à perseguição nazista na Europa. Bem recebido e impressionado com o potencial da nova casa, Zweig escreveu um livro cujo título é até hoje repetido: “Brasil, país do futuro”. Entretanto, quando se observa a deficiência das medidas na luta contra a intolerância religiosa no Brasil, percebe-se que a profecia não saiu do papel. Nesse sentido, é preciso entender suas verdadeiras causas para solucionar esse problema.

A princípio, é possível perceber que essa circunstância deve-se a questões políticas-estruturais. Isso se deve ao fato de que, a partir da impunidade em relação a atos que manifestem discriminação religiosa, o seu combate é minimizado e subaproveitado, já que não há interferência para mudar tal situação. Tal conjuntura é ainda intensificada pela insuficiente laicidade do Estado, uma vez que interfere em decisões políticas e sociais, como aprovação de leis e exclusão social. Prova disso, é, infelizmente, a existência de uma “bancada evangélica” no poder público brasileiro. Dessa forma, atitudes agressivas e segregacionistas devido ao preconceito religioso continuam a acontecer, pondo em xeque o direito de liberdade religiosa, o que evidencia falhas nos elementos contra a intolerância religiosa brasileira.

Outrossim, vale ressaltar que essa situação é corroborada por fatores socioculturais. Durante a formação do Estado brasileiro, a escravidão se fez presente em parte significativa do processo, e com ela vieram as discriminações e intolerâncias culturais, derivados de ideologias como superioridade do Homem Branco e Darwinismo Social. Lamentavelmente, tal perspectiva é vista até hoje no território brasileiro. Bom exemplo disso são os índices que indicam que os indivíduos seguidores e pertencentes das religiões afro-brasileiras são os mais afetados. Dentro dessa lógica, nota-se que a dificuldade de prevenção e combate ao desprezo e preconceito religioso mostra-se fruto de heranças coloniais discriminatórias, as quais negligenciam tanto o direito à vida quanto o direito de liberdade de expressão e religião.

Torna-se evidente, portanto, que os caminhos para a luta contra a intolerância religiosa no Brasil apresentam entraves que necessitam ser revertidos. Logo, é necessário que o Governo investigue casos de impunidade por meio de fiscalizações no cumprimento de leis, abertura de mais canais de denúncia e postos policiais. Além disso, é preciso que o poder público busque ser o mais imparcial (religiosamente) possível, a partir de acordos pré-definidos sobre o que deve, ou não, ser debatido na esfera política e disseminado para a população. Ademais, as instituições de ensino, em parceria com a mídia e ONGs, podem fomentar o pensamento crítico por intermédio de pesquisas, projetos, trabalhos, debates e campanhas publicitárias esclarecedoras. Com essas medidas, talvez, a profecia de Zweig torne-se realidade no presente.

Comentários

A participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, uma vez que a estrutura sintática é excelente e há apenas desvios pontuais: de concordância no 2º e no 3º parágrafo (“questões políticas-estruturais” > “questões político-estruturais” e “as discriminações e intolerâncias culturais, derivados” > “derivadas”) e de regência também no 3º parágrafo (“pertencentes das religiões” > “pertencentes às religiões”).

Em relação aos princípios da estruturação do texto dissertativo-argumentativo, percebe-se que a participante apresenta tese, desenvolvimento de justificativas que comprovem essa tese e conclusão. Ou seja, a participante apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo. Além disso, o tema é abordado de forma completa: já no primeiro parágrafo, trata-se tanto da intolerância religiosa quanto da importância de encontrar soluções para esse problema, as quais serão desenvolvidas ao longo do texto.

Observa-se no texto a presença de repertório sociocultural no 1º parágrafo, em que são abordadas a história e a obra de Stefan Zweig, retomadas na conclusão; e no 3º parágrafo, quando a participante faz referência ao contexto histórico de escravidão e às ideologias da Superioridade do Homem Branco e do Darwinismo Social. O uso do repertório se mostra produtivo, uma vez que está relacionado à discussão apresentada e ao tema proposto.

Percebe-se, ao longo da redação, a presença de projeto de texto estratégico, que se configura na organização e no desenvolvimento do texto. A participante apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada para defender seu ponto de vista: a intolerância religiosa existente no Brasil faz com que o país não possa ser considerado “o país do futuro” e, portanto, é preciso entender as causas desse problema para que soluções sejam encontradas.

Há também, nesta redação, repertório diversificado de recursos coesivos, sem inadequações. Há articulação entre os parágrafos (“a princípio”, “outrossim”, “portanto”) e entre as ideias dentro de um mesmo parágrafo (1º parágrafo: “entretanto”, “nesse sentido”; 2º parágrafo: “essa”, “isso”, “tal”, “uma vez que”, “dessa forma”; 3º parágrafo: “tal”, “disso”, “dentro dessa lógica”, “as quais”; 4º parágrafo: “logo”, “além disso”, “ademais” etc.).

Por fim, a participante elabora excelente proposta de intervenção: concreta, detalhada e que respeita os direitos humanos: propõe intervenções tanto do governo quanto das instituições de ensino.

Embora seja direito assegurado a todos os cidadãos pela Constituição Federal, a liberdade religiosa não é garantida de modo isonômico aos brasileiros. Ora velada, ora implícita, a intolerância quanto ao diferente faz parte da realidade do país. Infelizmente, o desconhecimento da população em relação ao processo de formação da nação e a falta de punição sob os que atentam contra a religião do próximo impedem que o respeito à diversidade cultural brasileira seja consolidado.

Segundo os sociólogos da chamada “Geração de 30”, muito importantes para o desenvolvimento da antropologia no país, o Brasil é formado por uma fricção interétnica. Isto é, desde os tempos da colonização, diferentes culturas compartilham o mesmo território. Contudo, tal interação não ocorre de forma harmônica, uma vez que a persistência do pensamento eurocêntrico do século XVI, que considera os costumes de outros povos como inferiores, gera a intolerância religiosa dos dias atuais. Inquestionavelmente, o preconceito quanto às culturas minoritárias ainda é muito marcante no país, o que é responsável por quadros de violência e por conflitos sociais. O caso de apedrejamento de uma menina de onze anos vestida com trajes típicos do candomblé, ocorrido no Rio de Janeiro, é prova da falta de respeito de parte dos brasileiros às diferentes culturas que formam o país.

De modo análogo, a certeza da impunidade faz com que crimes de ódio continuem acontecendo. Consoante aos ideais liberais de John Locke, as leis brasileiras caracterizam-se pelo respeito às liberdades individuais, o que é, sem dúvidas, uma grande conquista dos brasileiros. Todavia, o que é proposto pela legislação não é colocado em prática integralmente, contribuindo, assim, para o crescimento do preconceito no país. O crescente número de denúncias relacionadas à intolerância religiosa, constatadas pela Secretaria dos Direitos Humanos, comprova que uma parcela da população brasileira ainda não tem acesso à plena liberdade de culto e religião.

A fim de garantir, portanto, a equidade na garantia de direitos à população, são necessárias transformações na sociedade brasileira. O Ministério da Educação, primeiramente, deve inserir à matriz curricular estudantil debates e estudos antropológicos acerca do processo de formação do país, de modo a valorizar a participação das mais variadas culturas na composição da identidade brasileira. Ademais, cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social a realização de palestras, sarais e exposições que exaltem a importância do respeito à diversidade religiosa do Brasil. Por fim, cabe às Secretarias de Segurança Pública a criação de delegacias especializadas na investigação de crimes que envolvam a intolerância religiosa, de modo a intensificar o combate a tal preconceito. Afinal, somente com a cooperação entre Estado e sociedade será possível lutar contra a intolerância, um mal que ameaça o Brasil.

Comentários

A participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, uma vez que a estrutura sintática é excelente, havendo um desvio de flexão nominal (“sarais” > “saraus”) e desvios pontuais de regência no 1º parágrafo (“falta de punição sob os que atentam” > “falta de punição para os que atentam”), no 2º parágrafo (“o preconceito quanto às culturas minoritárias” > “o preconceito contra as culturas minoritárias”) e no 4º parágrafo (“deve inserir à matriz curricular” > “deve inserir na matriz curricular”).

Em relação aos princípios da estruturação do texto dissertativo-argumentativo, percebe-se que a participante apresenta tese, desenvolvimento de justificativas que comprovem essa tese e conclusão. Ou seja, a participante apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo. Além disso, o tema é abordado de forma completa: já no primeiro parágrafo, trata-se tanto da intolerância religiosa como realidade no Brasil quanto das suas causas: o desconhecimento da população em relação ao processo de formação da nação e a impunidade daqueles que desrespeitam a religião do próximo.

Observa-se no texto a presença de repertório sociocultural produtivo e articulado à discussão quando a participante aborda o conceito antropológico de “fricção interétnica”, o pensamento eurocêntrico do século XVI e os ideais liberais de John Locke. Tais elementos são devidamente articulados à discussão apresentada e ao tema proposto.

Percebe-se, ao longo da redação, boa organização e desenvolvimento consistente das informações, dos fatos e das opiniões apresentados pela participante, revelando a presença de projeto de texto estratégico para a defesa do ponto de vista assumido. A tese da participante é que a intolerância religiosa no Brasil resulta da ignorância da população a respeito do processo de formação nacional, que se caracterizou pela variedade étnica e religiosa, e da falta de punição para aqueles que atentam contra a religião do próximo.

Há também, nesta redação, repertório diversificado de recursos coesivos, sem inadequações. Há articulação entre os parágrafos (“De modo análogo”, “portanto”) e entre as ideias dentro de um mesmo parágrafo (1º parágrafo: “Embora”; 2º parágrafo: “isto é”, “Contudo”, “uma vez que”, “o que”; 3º parágrafo: “o que”, “todavia”, “assim”; 4º parágrafo: “primeiramente”, “ademais”, “por fim”, “afinal”).

Em relação à proposta de intervenção, nota-se que ela é concreta, detalhada e respeita os direitos humanos: a participante propõe que o Ministério da Educação insira, na matriz curricular, estudos sobre o processo de formação do país, com a promoção de debates estudantis; propõe, também, que o Ministério do Desenvolvimento Social promova eventos que exaltem a importância do respeito à diversidade religiosa do Brasil; e, por fim, propõe que as secretarias de segurança criem delegacias especializadas na investigação de crimes que envolvam intolerância religiosa. Desse modo, a participante propõe uma intervenção articulada aos problemas apontados, recobrando a questão da falta de conhecimento da população e a da impunidade, razões apontadas para ocorrência da intolerância religiosa no Brasil.

Existem, atualmente, diversos conflitos religiosos no mundo, fato que pode ser exemplificado pelas ações do Estado Islâmico, que utiliza uma visão radical do islamismo sunita. Nesse contexto, percebe-se que tal realidade de intolerância também ocorre no Brasil, um país com dimensões continentais e grande diversidade religiosa. Assim, tornam-se progressivamente mais comuns episódios de violência motivados pela religião, o que é contraditório, visto que o Brasil é laico e a Constituição de 1988 garante a liberdade de crença das diferentes manifestações culturais. Portanto, medidas que alterem essa situação devem ser adotadas.

A globalização é um processo que tende à homogeneização, à cultura de massa. No entanto, ainda existem diversas formas de expressão cultural e artística, assim como de manifestações religiosas. Dessa maneira, surge na população um preconceito latente, que pode evoluir e motivar a prática de atos violentos pelo indivíduo. Essa situação pode ser considerada reflexo da visão etnocêntrica de parte da sociedade, que considera seus costumes e crenças superiores aos hábitos dos demais. A educação brasileira, que, na maioria das vezes, é altamente conservadora, agrava a questão.

Também é válido ressaltar que o aumento na eleição de políticos conservadores e que assumem uma postura radical na defesa de suas ideologias dificulta a diminuição da intolerância religiosa no Brasil. A ausência de representantes das minorias religiosas impede a implantação de políticas afirmativas e que garantam, de fato, a potencialização da tolerância e da igualdade na manifestação das diversas crenças. Como, segundo Marilena Chauí, a democracia é baseada na igualdade, liberdade e participação, percebe-se que a não participação de toda a sociedade na política, aliada à frágil liberdade religiosa, dificultam a existência de um regime democrático pleno no Brasil.

Portanto, é necessária a criação de cotas, ação que deve ser feita pelo poder público, que garantam a presença de representantes das diversas expressões religiosas na política, o que permitiria a aprovação de medidas afirmativas que reduziriam a intolerância no Brasil. Além disso, é válida a implantação de espaços de discussão nas escolas, direcionadas aos pais e alunos, sobre a diversidade de expressões culturais, o que conscientizaria os futuros cidadãos sobre a legitimidade de cada manifestação religiosa e diminuiria a visão etnocêntrica presente nos indivíduos. Por fim, deve haver a criação de campanhas nas redes sociais, realizadas pela sociedade civil, que amenizem o preconceito presente na população, o que conduziria a uma sociedade progressivamente mais justa, igualitária e democrática.

Comentários

A participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, uma vez que a estrutura sintática é excelente e há apenas desvio pontual de concordância no 3º parágrafo (“a não participação (...) dificultam a existência”).

Em relação aos princípios da estruturação do texto dissertativo-argumentativo, percebe-se que a participante apresenta tese, desenvolvimento de justificativas que comprovem essa tese e conclusão. Ou seja, a participante apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo. Além disso, o tema é abordado de forma completa: já no primeiro parágrafo, trata-se tanto da intolerância religiosa quanto da importância da adoção de medidas que alterem o contexto de conflitos religiosos em que vivemos.

Observa-se no texto a presença de repertório sociocultural quando a participante trata do Estado Islâmico e da globalização e quando apresenta uma citação da Marilena Chauí. Há, nesse texto, uso produtivo do repertório sociocultural, pois ele se mostra relacionado à discussão apresentada e ao tema proposto.

Percebe-se, ao longo da redação, a presença de projeto de texto estratégico, que se configura na organização e no desenvolvimento do texto. A participante apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada para defender seu ponto de vista: o contexto de intolerância religiosa que vivemos é contraditório ao fato de o Brasil ser laico e a liberdade de crença ser garantida pela Constituição, o que faz com que seja necessário adotar medidas que alterem essa situação.

Há também, nesta redação, repertório diversificado de recursos coesivos, sem inadequações. Há articulação entre os parágrafos (“também”, “portanto”) e entre as ideias dentro de um mesmo parágrafo (1º parágrafo: “nesse contexto”, “tal”, “assim”, “visto que”, “portanto”; 2º parágrafo: “no entanto”, “dessa maneira”, “essa”; 4º parágrafo: “além disso”, “por fim”).

Em relação à proposta de intervenção, nota-se que ela é concreta, detalhada e respeita os direitos humanos: a participante propõe a criação de cotas que garantam a representatividade de diversas religiões na política, a implantação de espaços de discussão nas escolas e a criação de campanhas que amenizem o preconceito relacionado a diferentes crenças.



LEIA MAIS, SEJA MAIS!

CRIE SEU CLUBE DE LEITURA.

O Clube de Leitura é formado por um grupo de pessoas que amam a leitura e se reúnem, geralmente uma vez por mês, para comentar um mesmo livro lido por todos. É uma ótima oportunidade de conviver e de compartilhar emoções e interpretações proporcionadas pela leitura.

1. O primeiro passo é convidar amigos que tenham interesse em leitura.
2. Na primeira reunião, combinem o funcionamento do Clube: uma vez por mês, sempre em que dia da semana e do mês, cada vez na casa de um dos componentes do grupo ou sempre em um mesmo café/livraria, restaurante, confeitaria, clube, por exemplo.
3. Elejam um coordenador. Ele anota os nomes, os endereços, os *e-mails* e cria um grupo virtual para encaminhar mensagens confirmando reuniões, preços dos livros, *links* sobre o livro que está sendo lido, etc.
4. Escolham por votação simples qual será o livro a ser lido no mês seguinte.
5. O coordenador encomenda em consignação (para pagar depois de vendidos), na distribuidora da editora do livro, os exemplares para todos. Esses livros serão vendidos na reunião seguinte à escolha.

6. Durante a reunião, decide-se o livro a ser encomendado para o mês seguinte, decide-se o lugar da próxima reunião e assina-se uma lista de presença. O coordenador passa a palavra a quem se inscrever para comentar o livro lido, e a conversa se desenvolve naturalmente.
7. Pode-se, eventualmente, convidar um especialista para fazer uma apresentação e coordenar os debates.



VENDA PROIBIDA



INEP MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

